

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.564.661 - GO (2019/0240661-0)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : LEANDRO AUGUSTO ALEIXO
ADVOGADOS : LEANDRO AUGUSTO ALEIXO (EM CAUSA PRÓPRIA) - GO038060
DEMIA BARACHO TEIXEIRA - GO055599
AGRAVADO : ESTADO DE GOIÁS
PROCURADOR : ALBERTO ESCHER DE BRITTO GUIMARÃES - GO017245
INTERES. : REDE BRASIL DISTRIBUICAO E LOGISTICA LTDA
ADVOGADO : LEANDRO AUGUSTO ALEIXO - GO038060

DECISÃO

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás cuja ementa é a seguinte:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. LEGITIMIDADE DO ADVOGADO PARA RECORRER CONTRA SENTENÇA VISANDO À ADEQUAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. RECONHECIDA. EXECUÇÃO FISCAL. BAIXA COMPLEXIDADE DA DEMANDA E CURTO INTERVALO DE TRAMITAÇÃO. APLICAÇÃO EQUITATIVA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE. QUANTIFICAÇÃO. RAZOABILIDADE. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO.

1. Os honorários advocatícios constituem direito autônomo do Advogado e integram o seu patrimônio, possuindo, portanto, o ora Apelante, legitimidade e interesse recursal para irresignar-se da sentença, na parte atinente à fixação dos honorários de sucumbência.

2. *In casu*, tratando-se de ação executiva de baixa complexidade e curto intervalo de tramitação, ante a extinção prematura do processo, não possuindo atos expropriatórios dos bens da Executada, bem como a oposição de embargos à execução, não justifica a decretação de sucumbência demasiadamente elevada para o vencido, configurada a situação na qual o Julgador deve observar as particularidades da causa, verificado que adotar como parâmetro para fixação dos honorários o valor da causa, conf. § 39 art. 85 do Código de Processo Civil, resultaria em honorários exorbitantes, esta disposição pode ser relativizada, com o arbitramento por equidade, visando adequar a verba honorária, conf. artigo 85, § 8º, do CP C. Precedente do C.Superior Tribunal de Justiça.

3. Não haverá honorários de sucumbência recursal quando nas outras instâncias não houve a fixação contra o Recorrente. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Superior Tribunal de Justiça

No recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, a recorrente aponta ofensa ao art. 85, § 3º, do CPC/2015. Sustenta, em síntese, que devem ser obedecidos os percentuais fixados pelo art. supracitado a título de honorários.

Em suas contrarrazões, a recorrida pugna pelo não conhecimento do recurso ou, alternativamente, pelo seu não provimento.

O recurso foi inadmitido pela decisão de fls. 306/307, cujos fundamentos foram impugnados por meio do presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade recursal, dou provimento ao agravo, para que seja reatuado como recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

